

Sayad se reúne na quinta com credores

Divida Externa
JORNAL DE BRASÍLIA

O ministro do Planejamento, João Sayad, embarca hoje à noite para Washington onde vai participar da Assembleia Anual Conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). A tarefa específica do ministro Sayad será discutir com a diretoria do Bird a liberação de empréstimos destinados ao saneamento financeiro do setor elétrico e ao programa de melhoria da produção agrícola brasileira.

A missão do ministro Sayad será a de negociar com a diretoria do Bird a liberação dos empréstimos a esses setores — no valor global de 1 bilhão de dólares — e também a questão relacionada com a concessão ao Brasil de uma diretoria na estrutura executiva Banco Mundial. Com respeito ao FMI, esclarecem os assessores do ministro Sayad, todo o processo de negociação e acompanhamento ficará a cargo do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central. O chefe da Assessoria Internacional do ministro Sayad, embaixador Luis Felipe Lamprea, passou o dia de ontem acertando os detalhes da agenda do ministro na capital norte-americana, mas, segundo o relato dos técnicos, depois do alívio provocado pela não inclusão dos serviços no âm-

bito do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), o Brasil vai ter o que comemorar também em Washington.

As informações obtidas pelo ministro Sayad indicam que a direção do Banco Mundial é simpática à tese brasileira de retorno dos empréstimos voluntários dos bancos privados ao Brasil e aos demais países endividados da América Latina. Em contrapartida, segundo confidenciou um colaborador diretor do presidente Sarney, no Palácio do Planalto, os países ricos deverão reforçar a tese de que sem um acordo com o Fundo o Brasil não conseguirá êxito — na renegociação plurianual da dívida de 105 bilhões de dólares. Será uma no cravo e outra na ferradura, adianta o assessor.

Existem arestas a serem aparadas com o Bird no que diz respeito ao empréstimo de 500 milhões de dólares para a recuperação do setor elétrico brasileiro. Embora não conste explicitamente das exigências daquela instituição internacional de crédito, o fato é que persistem desconfianças quanto à capacidade do governo brasileiro recuperar as finanças do setor elétrico sem promover um alentado reajuste nas tarifas.

23 SET 1986